



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 20/2012

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e doze, nesta cidade de Rio Maior e na sala de Reuniões sita nos Paços do Concelho reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência da Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida e Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva. -----

INÍCIO

Quando eram dez horas, verificando-se a existência de quórum a Presidente, Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, declarou aberta a reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA

A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

Operações Orçamentais: setecentos e noventa e sete mil, novecentos e treze euros e três cêntimos. -----

Operações não Orçamentais: cento e cinquenta e oito mil, novecentos e nove euros e setenta e sete cêntimos. -----

COMPETÊNCIA DELEGADA

Ao abrigo da previsão do nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara tomou conhecimento que, no uso da competência delegada e subdelegada, o Vereador Dr. Carlos Fernando Frazão Correia havia proferido despachos sobre assuntos emanados da Unidade de Obras Particulares e Ordenamento e também a listagem com a assunção dos compromissos plurianuais os quais constam da pasta de documentos anexos a esta Ata. -----

A Presidente deu os necessários esclarecimentos acerca da presente alteração orçamental e também uma breve explicação sobre a listagem dos compromissos plurianuais. -----

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

VEREADORA, DRA. ANA CRISTINA LOBATO PINTO FRÓIS DE FIGUEIREDO E SILVA. ---

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva interveio, começando por felicitar o Executivo e a Câmara Municipal pelo Centro Escolar de São João da Ribeira. Referiu-se ao equipamento como sendo de excelência, reportando-se às condições que o mesmo apresenta. Salientou ainda, a satisfação dos professores, dos funcionários e alguns dos pais dos alunos. -----

Referiu, igualmente, que Rio Maior tinha equipamentos de excelência ao nível da educação. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva na sua intervenção reportou-se, também, às novas instalações da Escola Secundária de Rio Maior e à satisfação de toda a Comunidade Escolar, realçando mais uma vez, as excelentes instalações que o concelho de Rio Maior possuía ao nível da educação, desde os Centros Escolares, às Escolas do 2.º e 3.º Ciclo, até ao Ensino Superior. Aludiu ainda que todos estavam de parabéns, os anteriores e o atual Executivo, e também todos os munícipes do concelho de Rio Maior. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva referiu-se ainda à política de educação

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

seguida pelo atual Governo, dizendo que esta não estava a acompanhar o esforço feito na construção de novos equipamentos. -----

Terminou a sua intervenção deixando uma nota de insatisfação, quer como autarca quer como professora, salientando, no entanto, o esforço efetuado, no terreno, pelos autarcas, professores, pais, conselhos executivos e funcionários das escolas, para que o processo educativo decorra com normalidade. -----

Por último a Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva reconheceu o empenho da Vereadora, Dra. Sara Fragoso, da Presidente, e de todos os funcionários dos serviços envolvidos, pelo trabalho desenvolvido no Centro Escolar de São João da Ribeira, dizendo conhecer as dificuldades que se colocam no arranque do ano letivo de um novo estabelecimento de ensino. -----

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida interveio começando por se referir à Frimor 2012, lamentando, contudo, o facto de não o ter feito na última reunião de Câmara, relevando a excelente organização do desfile de Fanfarras dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior e realçando o envolvimento de mais de seiscentos participantes. Mais disse que o local escolhido fora o ideal, tendo possibilitado a animação da feira. Disse ainda que, na sua opinião, a Câmara deveria de felicitar os Bombeiros Voluntários de Rio Maior pela participação na organização do evento e, também, agradecer à Fanfarra da Associação de Bombeiros. -----

Continuando no uso da palavra, o Vereador, Dr. Carlos Nazaré reportou-se à inauguração do novo edifício da fisioterapia pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior que iria ocorrer no próximo dia 29 do corrente, tendo referido a participação e o envolvimento da Câmara Municipal de Rio Maior na construção daquela obra. Aludiu à pessoa que tivera a iniciativa da construção do referido equipamento, lamentando o facto do mesmo já ter falecido, dizendo, também, que a zona envolvente ao Hospital da Misericórdia iria ser designada com o seu nome. Mais disse que a Câmara Municipal também deveria de aprovar um voto de regozijo pela conclusão das obras e um reconhecimento ao Provedor, Dr.º Calado da Maia. -----

Na sua intervenção, o Vereador, Dr. Carlos Nazaré referiu-se, ainda, à

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

Reorganização Administrativa, dizendo que era importante que o tema fosse discutido numa reunião de Câmara antes da reunião da Assembleia Municipal. Terminou, dizendo que partilhava das palavras proferidas pela Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva sobre o ensino em Rio Maior. Logo de seguida disse que as obras da Escola Secundária estavam na sua fase final, verificando-se que as novas instalações eram de excelência. -----

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira interveio começando por questionar a Presidente, se a mesma tinha alguma informação sobre a reunião realizada entre a Câmara, a empresa Fozmassimo e o Sr. Nuno Lucas. -----

Continuando no uso da palavra, o Vereador, Dr. Silvino Sequeira disse concordar com as palavras do Vereador, Dr. Carlos Nazaré no que se refere à homenagem a fazer ao Dr. Calado da Maia, referindo já ser essa a intenção do anterior Executivo. Logo de seguida, salientou o esforço e as contrariedades do então Provedor, para que a obra se concretizasse. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira congratulou-se com as notícias veiculadas, relativamente ao facto da Escola Superior de Desporto entrar em funcionamento nas novas instalações o mais breve possível, deixando um voto de congratulação a todos os que se envolveram na resolução do problema. ----

Na sua intervenção o Vereador, Dr. Silvino Sequeira referiu-se ao relatório semestral do ROC (Revisor Oficial de Contas) sobre a Situação Económica e Financeira do Município de Rio Maior que fora presente para conhecimento na última reunião de Câmara, dizendo que na altura não se pronunciara sobre o mesmo, mas que o iria fazer de seguida. Referiu que existia uma parte no relatório que era preocupante, reportando-se ao *aumento do prazo médio de pagamentos (213 dias no 1.º semestre de 2011 e 289 dias no 2.º semestre)*, e à *liquidez geral que diminuiu de 82% para 65%*. Ainda sobre o relatório leu um excerto do documento: *“Conforme se constata no quadro resumo, o Município, apesar dos limites indicados só terem valor vinculativo para 31/12/2012, no final do semestre em análise o limite de endividamento líquido encontra-se ultrapassado em 209 milhares de euros.”* Disse, assim, que se verificava da análise efetuada, que o limite de endividamento excedia os 209 milhares de

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

euros, questionando se tal facto não teria implicações numa futura adesão ao PAEL - Plano de Apoio à Economia Local. -----

VEREADOR, DR. CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, iniciou a sua intervenção começando por responder à questão suscitada pelo Vereador, Dr. Carlos Frazão, no que respeita à situação da empresa Nuno Lucas, Lda., dizendo que tinham sido enviados e-mails à empresa Fozmassimo e a carta que fora enviada à Câmara pela empresa Nuno Lucas, Lda., também fora reencaminhada para a empresa Fozmassimo, informando que até à data a Câmara não obtivera qualquer resposta, mas que tinha a informação que na primeira quinzena de setembro estiveram engenheiros de férias, que depois iriam proceder à marcação de uma reunião. -----

Continuando no uso da palavra e referindo-se à qualidade do Parque Escolar de Rio Maior, disse que era uma satisfação transversal a todos os riomaiorenses. Logo se seguida disse que atualmente existiam alunos no concelho que estavam instalados nos Centros Escolares considerados de excelência, mas havia outros que estavam nas tradicionais escolas primárias construídas nos anos 40, 50 e 60, dando como exemplo as crianças das freguesias de S. Sebastião, Fráguas e Arruda dos Pisões, salientando que todas as crianças deveriam ter acesso às mesmas condições e qualidade de ensino. Aludiu ainda que a Carta Educativa apontava para a construção de mais um Centro Escolar, defendendo que a Autarquia, teria que fazer um esforço e proceder à construção desse Centro Escolar, pois o projeto já se encontrava em fase de análise. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão deu, ainda, algumas informações sobre as obras a decorrerem no concelho, nomeadamente, sobre os abatimentos na estrada de Teira e Alcobertas, referindo que a 1.ª fase se encontrava concluída, que se esperava pela compactação, para que pudesse ser colocado o pavimento. Informou ainda que a curto prazo se iria iniciar a construção do pontão do Pau Torto, na Freguesia de Arruda dos Pisões e que também se iria dar início à empreitada de recuperação da estrada de acesso à Vila da Marmeleira, tendo em conta os seus abatimentos. Logo de seguida, referiu-se

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

ao problema da falta de água na Vila da Marmeleira, dizendo que o mesmo já existia à “décadas” e que o programa da água no âmbito dos fundos do QREN tinha sido só disponibilizado para a zona centro.-----

Concluiu a sua intervenção dizendo que o projeto já fora elaborado, que não avançara por falta da disponibilidade de verbas por parte da Autarquia. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA-----

A Presidente interveio começando por se referir às palavras do Vice-Presidente, no que respeita ao projeto existente para a freguesia da Vila da Marmeleira, dizendo que o mesmo contemplava várias situações, a existência de um sistema com capacidade de armazenamento, a resolução de insuficiências e perdas de água com sistema de controle da mesma e telegestão e por último a expansão da rede, eventualmente para a Freguesia de Assentiz. Ainda sobre o assunto da candidatura ao ciclo da água, a Presidente falou da possibilidade de ser efetuado um protocolo com as Águas de Portugal no sentido da Câmara de Rio Maior vir a ser contemplada com a vaga de candidaturas que iriam ser abertas para o ciclo urbano da água. -----

A Presidente informou ainda que as candidaturas existentes no âmbito do QREN eram para a Regeneração Urbana (política de cidades) e a Educação (centros escolares). -----

Na sua intervenção a Presidente referiu-se aos Centros Escolares, reconhecendo as palavras proferidas pelos Vereadores do Executivo, dizendo que Rio Maior tinha razões para se orgulhar da rede escolar existente, desde o pré-escolar ao ensino superior. Aludiu ainda às obras de ampliação das oficinas da Escola Profissional, no sentido de proporcionarem melhores condições aos alunos. -----

A Presidente na sua intervenção informou, também, do dia do diploma que estava a decorrer nas instalações do Cineteatro, em que o objetivo era o reconhecimento dos alunos do ano letivo anterior e que o Executivo estava convidado para efetuar uma visita ao evento. -----

Logo de seguida e ainda no seu período de intervenção, a Presidente disse concordar com o Vereador, Dr. Carlos Nazaré, quando o mesmo referira o

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

agradecimento a ser feito à fanfarra e à Associação dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior, reconhecendo a capacidade de organização do evento e o impacto que o mesmo tivera na Frimor 2012. Mais disse que iria ser elaborado um agradecimento por escrito para a referida Associação Humanitária. -----

A Presidente também se referiu ao agendamento de uma reunião sobre a Reforma Administrativa, procedendo, de imediato, à marcação de uma reunião de Câmara, para o dia 8 de outubro do corrente ano, às 15:00horas, tendo em conta o calendário para a reunião da Assembleia Municipal.-----

De seguida, a Presidente, referiu-se ao processo da Escola Superior de Desporto e à sua complexidade, nomeadamente, no que respeita à posse administrativa, dizendo que a mesma anteriormente era efetuada pelo extinto Governo Civil e a competência passou para o Ministério da Administração Interna, realçando, contudo, o envolvimento do Ministro Miguel Macedo, no que respeita à celeridade dada ao processo. Disse ainda que após a posse administrativa, o Instituto Politécnico tinha condições para adjudicar todas as situações que se encontravam em falta, dando como exemplo o quadro elétrico, os arranjos exteriores e as diversas certificações exigidas por lei. ---

A Presidente em resposta ao Vereador, Dr. Silvino Sequeira no que respeita ao relatório do ROC (Revisor Oficial de Contas) sobre a Situação Económica e Financeira Semestral do Município de Rio Maior, designadamente o aumento do prazo médio de pagamentos por parte do Município, disse que atualmente estavam a ser pagas faturas referentes ao mês de abril e que o aumento do prazo do pagamento a fornecedores tinha a ver com o atraso das participações dos fundos comunitários, ou seja, do QREN, designadamente, no que respeita às obras que se encontram a decorrer, tendo em conta a componente financiada. -----

De seguida, a Presidente solicitou a intervenção do Chefe da Unidade Financeira, Dr. Jorge Colaço, presente na sala de Reuniões de Câmara. -----

O Dr. Jorge Colaço a pedido da Presidente interveio, tendo começado por referir em relação ao relatório do ROC (Revisor Oficial de Contas) sobre a

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

Situação Económica e Financeira Semestral do Município de Rio Maior, que o valor do endividamento líquido era um valor transitório e que em relação ao prazo médio de pagamentos a situação tinha a ver, também, com dívida antiga, que estavam a ser efetuados pagamentos no ano de 2012, relativos aos anos de 2006, 2009, inclusive do ano de 1992, que conseqüentemente tinham impacto no prazo referido no relatório. -----

O Vereador, Dr. Silvino interveio tendo efetuado algumas questões sobre o endividamento líquido e sobre o Plano de Apoio à Economia Local. -----

O Dr. Jorge Colaço interveio mais uma vez, tendo prestado os necessários esclarecimentos, nomeadamente, que o Município de Rio Maior estava inserido no Programa 2 do PAEL - Plano de Apoio à Economia Local, que tinha como objetivo o pagamento de dívidas vencidas há mais de 90 dias. -----

Logo de seguida a Presidente pediu, também, a intervenção da Assessora da Unidade Financeira, Dra. Anabela Leal, presente na sala de reuniões de Câmara. -----

A Assessora da Unidade Financeira, Dra. Anabela Leal, interveio a pedido da Presidente, prestando os necessários esclarecimentos, referindo que a questão do endividamento líquido poderia ser motivo de exclusão da candidatura ao Plano de Apoio à Economia Local, em sede de apreciação. -----

A Presidente após os esclarecimentos da Dra. Anabela Leal, aludiu que os Municípios com excesso de endividamento não seriam beneficiados. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio dizendo que a Câmara deveria de reconhecer a envolvência da pessoa que permitira que a posse administrativa da Escola Superior de Desporto fosse mais célere, não obstante lamentar o facto do referido ato não ter sido efetuado há mais tempo, tal como os membros eleitos pelo Partido Socialista defendiam, permitindo que os alunos já se encontrassem a ter aulas nas novas instalações, o que também tinha possibilitado ao Município de Rio Maior usufruir das instalações do Pavilhão

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

Multiusos para o desenvolvimento das ações planeadas. -----

A Presidente interveio, reconhecendo que o processo se arrastara no tempo, dizendo que a Câmara tinha sido bastante colaborante no processo, que à data de hoje se poderia dizer que a posse administrativa já deveria ter sido efetuada há um ano atrás, mas que tal facto não aconteceu. -----

ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SUJEITOS A PRECER PRÉVIO – ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2012 -----

Foi presente à Câmara uma informação n.º 239/SUAP, datada de 21 de setembro de 2012, sobre Contratos de prestação de serviços sujeitos a parecer prévio – Orçamento de Estado para 2012. -----

A Presidente interveio, fazendo a apresentação do assunto e dado os necessários esclarecimentos. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

ORDEM DO DIA

DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º. 3 DO ARTIGO 68º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.

DESPACHO N.º 16/VICE-CF/2012 – AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO (MT) E BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) - ADJUDICAÇÃO -----

Foi presente à Câmara o despacho n.º16/VICE-CF/2012, datado de 18 de setembro, relativo à Aquisição de Energia Elétrica para as Instalações Alimentadas em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE) – Adjudicação. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta

de deliberação. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio, para dizer que votaria favoravelmente o assunto em epígrafe, no pressuposto que estava a ser cumprida a lei dos compromissos. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, ratificar o despacho n.º 16/VICE-CF/2012, exarado em 18 de setembro, pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, pelo qual se determinou aprovar a adjudicação da prestação de serviços em apreço à empresa EDP – Comercial – Comercialização de Energia, S.A., no montante de € 385.452,29, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. ----- .

UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS

RECENSEAMENTO ELEITORAL 2012 – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS FREGUESIAS -----

Foi presente à Câmara uma informação da Subunidade de Expediente Geral, Apoio aos Órgãos Municipais, datada de 21 de setembro de 2012, relativa ao Recenseamento Eleitoral 2012 – Transferência de Verbas para as Freguesias.

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, nos termos da informação em apreço, autorizar a transferência de verbas para as freguesias do Concelho, no montante de 631,42€ (seiscentos e trinta e um euros e quarenta e dois cêntimos). -----

MAPA DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONCELHO DE RIO MAIOR – EMISSÃO -

Foi presente à Câmara uma informação da Subunidade de Taxas e Licenças, datada de 24 de setembro de 2012, relativa ao Mapa dos Horários de

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

funcionamento de Estabelecimentos de venda ao Público e de Prestação de Serviços do concelho de Rio Maior - Emissão. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, em face da informação em apreço, emitir os respetivos mapas de horário dos estabelecimentos, conforme disposto no artigo 14º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Rio Maior. -----

UNIDADE DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE

PEDIDO FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LETIVO 2012/2013 -----

Foi presente à Câmara a informação nº 76/SUASE/2012, datada de 24 de setembro, relativa ao Pedido Financiamento no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico – Ano letivo 2012/2013. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar para o ano letivo 2012/2013, o envio on-line à Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, da candidatura ao Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, bem como aprovar o valor apurado para financiamento, 0,40 € aluno/refeição, nos termos da informação em apreço. -----

UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E
PATRIMÓNIO

ÁGUAS DO OESTE, S.A. – ACORDO DE PAGAMENTO; -----

Foi presente à Câmara a informação da Subunidade de Gestão Financeira e Contabilidade, datada de 24 de setembro, relativa às Águas do Oeste, S.A. – Acordo de Pagamento. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio, tendo solicitado esclarecimentos, designadamente se o valor dos 603.112,68€ indicado na informação era referente ao período compreendido entre maio de 2011 e maio de 2012 e se o plano de pagamentos fosse aprovado só seria regularizado após aprovação do Plano de Apoio à Economia Local. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio, tendo começado por dizer que o assunto das Águas do Oeste era sempre uma questão complicada, porque na sua opinião a Câmara de Rio Maior estava em desigualdade com a empresa com prejuízo para o município. Logo de seguida fez uma resenha histórica, começando por dizer que a Câmara de Rio Maior fora forçada a entrar no processo das Águas do Oeste através da assinatura de um acordo que era lesivo aos interesses de Rio Maior e que mais tarde tais factos se confirmaram, designadamente, através da aprovação de um consumo mínimo, uma tarifa que fora evoluindo ao longo dos anos e também um calendário de investimentos, que eram as contrapartidas a efetuar em Rio Maior, por parte da empresa Águas do Oeste. O Vereador, Dr. Carlos Nazaré disse que o consumo médio fora efetuado de acordo com a projeção de construção do Aeroporto Internacional de Ota, tendo em conta que Rio Maior era dos concelhos que mais iria crescer com a referida localização aeroportuária, situação que atualmente se encontra desfasada da realidade e que Rio Maior continua a ser prejudicado com tal facto, não existindo manifestação de vontade por parte da

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

empresa Águas do Oeste em inverter a situação, para que pudesse ser encontrado um valor razoável de faturação dos consumos. No que respeita às tarifas, o Vereador, Dr. Carlos Nazaré disse também que as mesmas tinham sido impostas, sem hipótese de negociação e em relação ao calendário de investimentos, os mesmos estavam previstos, que o Município cumprira com a sua responsabilidade e por parte da empresa Águas do Oeste o calendário não fora cumprido, tendo obrigado a um forte investimento do Município no sistema de Águas, dando como exemplo a construção do furo da chichareira 1 e 2, e também o furo da vivenda, para que a falta de água no concelho de Rio Maior pudesse ser colmatada, face ao atraso no calendário de investimentos da empresa Águas do Oeste. Aludiu ainda ao saneamento, referindo que a Câmara de Rio Maior em relação ao mesmo fora ainda mais prejudicada, uma vez que foi efetuada a construção das redes e a empresa Águas do Oeste construiu as Etars com atraso, estando ainda algumas por fazer. O Vereador, Dr. Carlos Nazaré alertou ainda para o facto do Município correr o risco de aquando da conclusão de todas as Estações de Tratamento, as redes já estarem degradadas tendo em conta os anos decorridos. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré na sua intervenção, referiu que atendendo à situação havia todo o interesse em pressionar a empresa Águas do Oeste no sentido de resolver os problemas do concelho de Rio Maior, face às obrigações a que o Município fora sujeito. Disse que o Município devia ser indemnizado pela reserva estratégica que o concelho possui com a construção dos diversos furos de abastecimento, atendendo à água de excelente qualidade que os mesmos possuem, que representam uma mais-valia face à sua localização. ----

Concluiu a sua intervenção dizendo que a empresa Águas do Oeste só cuida dos seus interesses, em detrimento do concelho de Rio Maior, que não estava disponível para aprovar acordos, enquanto não existisse um entendimento entre as duas partes para resolver os problemas existentes. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio, dizendo que subscrevia as palavras proferidas pelo Vereador, Dr. Carlos Nazaré, realçando que haviam ainda outras situações que não tinham sido referidas pelo mesmo e que o atual Executivo tem vindo a debater. Logo de seguida disse que a empresa Água do Oeste enganara o concelho de Rio Maior e os restantes municípios que faziam

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

parte da zona oeste, que nas reuniões realizadas a discussão era sempre se os Municípios estavam disponíveis para pagar os valores mínimos de água consumidos, dizendo que o que ficara decidido era que não iam pagar, tendo em conta que a verticalização iria avançar e que todas as redes em baixa iriam passar a ser geridas pela empresa Águas do Oeste. Aludiu ainda que as queixas sobre a empresa Águas do Oeste eram transversais a todos os municípios, referindo-se também à não construção de Estações de Tratamento por parte da empresa, nomeadamente, na Azambujeira. O Vereador, Dr. Carlos Frazão informou também que existia uma solução para o saneamento, que passaria pela ligação dos esgotos de Azambujeira e Assentiz à Freguesia de S. João da Ribeira, mas que a mesma não era viável. Aludiu ainda que nos diversos contactos sobre o mau estado das estradas com a empresa Águas do Oeste, a Câmara de Rio Maior não obtivera qualquer resultado, alegando a mesma, que os diversos consórcios construtores das condutas tinham entrado em período de insolvência e que estavam a ponderar se iriam acionar as garantias bancárias. -----

Continuando no uso da palavra, o Vereador, Dr. Carlos Frazão informou que a proposta das Águas de Portugal para a aquisição de água aos Municípios era de 0,15€ m³, quando a mesma faturava aos Municípios quatro vezes mais. Informou ainda que o acordo que fora efetuado com o Município de Aveiro fora de 0,31€ m³. Aludiu ainda não saber como e quando o problema existente com a empresa Águas do Oeste iria ser resolvido.-----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão informou também que o Município de Óbidos apresentara uma ação em Tribunal contra a empresa Águas do Oeste e que atualmente a mesma se encontrava suspensa devido à hipótese da verticalização que, na sua opinião, fora uma forma hábil de contornar o problema. -----

Concluiu a sua intervenção, referindo que em relação às dívidas que os Municípios têm com a empresa Águas do Oeste, se os mesmos fossem indemnizados pelo não cumprimento de prazos e outras despesas efetuadas, talvez a posição ficasse invertida. -----

A Câmara deliberou por maioria, com os votos a favor dos Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos pelo Futuro” e pela Presidente e com o voto contra do

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

Vereador, Dr. Silvino Sequeira, eleito pelo Partido Socialista e a abstenção dos Vereadores, Dr. Carlos Nazaré e Dra. Ana Cristina Silva eleitos pelo Partido Socialista, aprovar a minuta do acordo de pagamento com a empresa Águas do Oeste, S.A., bem como o respetivo plano de pagamentos. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Abstive-me, porque não querendo privar o Município, efetivamente de fazer a gestão financeira que este acordo permite na sua tesouraria, não posso de forma alguma dar a aprovação a um acordo a uma entidade que não tem respeitado a Câmara Municipal de Rio Maior e que efetivamente no meu entender, a Câmara Municipal de Rio Maior tem de levar a Tribunal para fazer valer os seus direitos.” -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva eleita pelo Partido Socialista subscreveu a presente declaração de voto. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Votei contra, porque se tivesse votado favoravelmente, teria aceite a continuidade de um prejuízo efetivo para Rio Maior, porque tudo o que se passa com Águas do Oeste parte de um princípio que está errado, ou seja, quanto é que Rio Maior teria de, previsivelmente, consumir de Águas do Oeste. Não posso também ignorar o processo que está em curso, como a provável privatização das Águas de Portugal e por isso entendo e tendo em conta os interesses de Rio Maior, a Câmara deveria de ter uma posição mais dura na relação com as Águas do Oeste e a maior dureza que pode ter é não aceitar pagamentos que assentem como foi dito e referido, e todos reconhecemos em dados errados, que não são imputáveis à Câmara Municipal de Rio Maior. Entendo que se deve de ir para uma fase muito mais dura nas relações com as Águas do Oeste e que essa dureza seria expressa através de uma decisão de Câmara.” -----

O Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Votei favoravelmente este ponto, porque não obstante toda a doutrina aqui vertida, aquando da apresentação e da sua discussão, o certo é que este acordo foi assinado.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

Obrigada ou não, a Câmara Municipal assinou o acordo e o facto é que tendo este Executivo, como pessoas responsáveis, não obstante, a empresa não cumprir, existe um contrato assinado e que é de bem para as partes respeitarem o que está assinado. Nesse sentido como responsável que sou e gostando de cumprir os contratos aos quais nos vinculámos, votei favoravelmente esta proposta de acordo.” -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Votei favoravelmente, porque não concordando com a postura que a empresa Águas do Oeste/Águas de Portugal tem vindo a ter com os Municípios da zona Oeste, uma vez que após um acordo assinado em 2006, que não tem vindo a ser cumprido, no entanto, reconheço que a Câmara Municipal de Rio Maior deve proceder ao pagamento. Em segundo lugar, votei favoravelmente o acordo de pagamento para não inviabilizar o PAEL. Com este voto favorável penso que quem ficou a ganhar foi a Câmara Municipal de Rio Maior.” -----

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 24/2012/UFCAP/AL, datada de 26 de setembro, relativa ao Programa de Apoio à Economia Local. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva interveio, tendo começado por dizer que independentemente da data de aprovação da lei e, conseqüentemente, do pouco tempo existente para a sua análise que, na sua opinião, a lei apresentava vantagens e desvantagens. Começando por referir ser vantajoso para as empresas e para os comerciantes, uma vez que os mesmos se encontravam asfixiados e que o causador era o Estado, quando o próprio exigia às empresas que cumprissem as suas obrigações fiscais, caso contrário, eram penalizadas através da aplicação de multas ou coimas. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva questionou, também, independentemente, das referidas na informação em apreço, quais eram as implicações da adesão ao PAEL para o futuro dos munícipes de Rio Maior, ou seja, se a Câmara de

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

Rio Maior face à apresentação da candidatura ao Plano de Apoio à Economia Local e futura aprovação da mesma, teria de aumentar as taxas cobrados à população, como por exemplo o IMI, o saneamento, a água, entre outras. -----
Concluiu a sua intervenção, dizendo mais uma vez, que gostaria de saber quais as implicações futuras do Plano apresentado para a vida da população de Rio Maior. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio começando por louvar a decisão do Governo em criar um Plano de Apoio à Economia Local, que permite aos Municípios saldar dívida vencida há mais de 90 dias, não obstante, considerar o valor de mil milhões de euros para todas as Autarquias como sendo escasso. Enalteceu o facto do Município de Rio Maior não se encontrar em desequilíbrio financeiro e de se poder candidatar ao Programa II do PAEL – Plano de Apoio à Economia Local, que tal facto iria permitir à Câmara pagar atempadamente aos seus fornecedores, potenciando a tesouraria das empresas. Aludiu ainda aos anos que exercera funções de Autarca e aos vários empréstimos aprovados nos termos das leis então em vigor, dizendo que tais factos não tinham tido implicações futuras para os Autarcas, ao invés do PAEL - Plano de Apoio à Economia Local, que implicava consequências no que respeita à administração da própria Autarquia para os próximos anos. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré disse que, na sua opinião, o PAEL - Plano de Apoio à Economia Local era uma versão “Troikiana”, ou seja, que eram sujeitos a determinados padrões que tinham implicações na vida das pessoas e que traziam consequências às mesmas. -----

Concluiu a sua intervenção, dizendo que não poderia combater a “Troika”, mas como Autarca da Câmara Municipal de Rio Maior podia contrariar o seu espírito, dizendo que os Autarcas eleitos nos próximos anos deveriam ter toda a legitimidade de apresentarem um programa e de responderem sobre a gestão da Câmara, sem qualquer tipo de obrigação anterior. Ainda no uso da palavra, disse que tinha o privilégio de poder expressar as suas ideias e que estava solidário com quem tinha a responsabilidade de gerir a Câmara no seu dia-a-dia, mas que o seu sentido de voto era a abstenção. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio, tendo começado por dizer que a sua

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

posição era um pouco como a do Presidente do Governo Regional da Madeira, Dr. Alberto João Jardim, ou seja, como não tinha qualquer ligação institucional, estava numa posição muito mais confortável de expressar a sua opinião. Manifestou o seu agrado e o seu acordo pela continuação do atual Executivo em recorrer a empréstimos sempre que necessário e possível dentro do enquadramento legal existente, dos quais resultavam benefícios para o concelho de Rio Maior. Aludiu ainda à reunião que a Presidente da Câmara tivera a amabilidade de efetuar antes da sessão de Câmara e da sua preocupação na análise da lei publicada, tendo em conta o prazo que a mesma previa para apresentação da candidatura. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira referiu-se ainda às palavras do Vereador, Dr. Carlos Nazaré no que respeita à imposição do Governo numa perspetiva “Troikiana”, dizendo concordar com tal afirmação, tendo em conta que o Poder Local não tinha sido auscultado e que o Plano apresentado tinha muitas implicações futuras para os próximos Executivos. Lamentou ainda a desconsideração que o Governo tivera para com as Autarquias, considerando que o assunto em discussão era demasiado importante para ser discutido com ligeireza, que se revelava uma imposição por parte da tutela, tendo em conta a necessidade das Autarquias. -----

Concluiu a sua intervenção dizendo que por todas as razões que descrevera o seu sentido de voto era a abstenção. -----

O Vereador, Dr. Nuno Malta interveio, começando por dizer que por uma questão de responsabilidade e de consciência iria votar favoravelmente o Programa de Apoio à Economia Local. Disse ainda que não era positivo ter de recorrer ao tipo de apoio em questão, mas que dentro do quadro económico-financeiro atual, o Plano em discussão era o mais favorável. Aludiu que tal apoio decorria de uma obrigação do Governo Central tendo em conta o cumprimento do memorando da “Troika”, assinado pelo Governo anterior.-----

O Vereador, Dr. Nuno Malta na sua intervenção, felicitou ainda o trabalho da Assessora da Unidade Financeira, Dra. Anabela Leal e do Chefe da Unidade Financeira, Dr. Jorge Colaço, realçando a clareza dos documentos apresentados, dizendo que os mesmos demonstravam inequivocamente as implicações futuras do Programa e as consequências para os riomaiorenses..

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

Aludiu aos endividamentos dos anos anteriores, denominados de “engenharias financeiras”, ou seja, empréstimos, dizendo que os mesmos sempre existiram e teriam de continuar a existir. Logo de seguida disse que não concordava com as palavras dos Vereadores do Partido Socialista, quando os mesmos afirmavam que o Plano em discussão iria comprometer os próximos executivos, uma vez que anteriormente também tinham sido contraídos empréstimos, estando os mesmos a ser pagos atualmente. -----

Referiu também que o Plano em questão poderia, caso fosse possível, ser amortizado antes do tempo contratado, dizendo que, no seu ponto de vista, a situação do País iria melhorar e as condições seriam mais favoráveis para o Município. -----

Concluiu a sua intervenção dizendo à Presidente que poderia contar com todo o seu apoio, por entender que o Plano de Apoio à Economia Local seria uma forma responsável e uma oportunidade de conseguir regularizar as contas do Município. -----

A Vereador, Dra. Sara Fragoso interveio começando por felicitar os autores do trabalho apresentado.-----

Logo de seguida a Vereadora, Dra. Sara Fragoso disse que a atividade dos futuros Autarcas era sempre condicionada pela ação dos atuais Executivos. Aludiu também que estar contra o Plano apresentado, seria esquecer a realidade. Disse, também, não concordar com a “Troika” devido aos condicionalismos que a mesma fomenta na vida dos cidadãos, dizendo, assim, que os mesmas já existiam, independentemente da existência do Plano de Apoio à Economia Local. -----

A Vereadora, Dra. Sara Fragoso disse que, na sua opinião, era vantajoso aproveitar a oportunidade do programa apresentado, caso contrário a situação financeira iria ficar degradada e tal facto seria prejudicial para a vida de todos os munícipes do concelho de Rio Maior. -----

Concluiu a sua intervenção dizendo que gostaria muito de estar na posição confortável de não ter de tomar uma decisão, mas que, na sua opinião, deveria de assumir a responsabilidade de uma forma consciente e comprometida, e que por tais considerandos iria votar favoravelmente, referindo que a adesão ao Programa apresentado era um mal necessário. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio começando por dizer que o seu sentido de voto iria ser favorável. Aludiu ainda ao valor disponibilizado pelo Governo para o total de Autarquias, dizendo que muitas delas provavelmente não iriam conseguir a adesão ao Programa, mas que felizmente o Município de Rio Maior estava na lista daqueles que se enquadravam no Programa tipo II e que a adesão ao mesmo iria trazer vantagens para a economia local. -----

Na sua intervenção o Vereador, Dr. Carlos Frazão disse compreender as condições que estavam esplanadas no documento apresentado, nomeadamente, as obrigações a que os municípios ficariam sujeitos, por um período de 14 anos, dando como exemplo, o aumento das taxas indexado ao valor da inflação média, dizendo, contudo, que no contexto atual, esse seria um mal menor, pois o mesmo decorria da lei. Referiu ainda, que no caso da Câmara de Rio Maior não ter a sorte da candidatura ao programa ser aprovado, a tensão social no concelho iria agudizar-se. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão, ainda no uso da palavra, disse que se os Autarcas tivessem conhecimento atempado da realidade atual que se vive nas Autarquias, dando como exemplo a Lei dos Compromissos, possivelmente poucos tinham aceite assumir funções autarcas, iremos ver o que acontecerá nas próximas eleições autárquicas. Mais disse que as condições alteraram bastante, que os tempos que permitiram um grande valor de investimentos nos concelhos, são completamente diferentes das atuais. Aludiu ainda que os investimentos efetuados, nessa altura, proporcionaram um grande desenvolvimento do País. -----

Na sua intervenção o Vereador, Dr. Carlos Frazão disse ainda que esperava que nos próximos anos não sucedesse o mesmo que se passou na época antes do 25 de abril de 1974, em que existia alguém em Lisboa que mandava e os outros cumpriam, dizendo que não estava disponível para tal situação. -----

A Presidente interveio tendo começado por referir que as pessoas hoje em dia criticavam muito, muitas das vezes sem conhecimento de causa.-----

Continuando no uso da palavra a Presidente referiu-se, ainda, às várias pessoas que a abordavam na rua e lhe diziam que concordavam com as medidas impostas pelo memorando de entendimento assinado com a “Troika”,

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

apresentando-lhe várias razões, como por exemplo o facto dos Autarcas e dos Governantes serem muito mais responsabilizados. Aludiu ainda que o atual Executivo não precisava do Plano de Ajustamento Financeiro imposto pelo Governo, para cumprir com rigor as suas obrigações. Referiu que o Plano de Apoio à Economia Local, apontava para a assunção de responsabilidade criminal e financeira pelo não cumprimento do Plano, dizendo, assim, que tais factos, não eram novidade para o atual Executivo, pois sempre representaram uma preocupação, mesmo antes da adesão ao referido Programa. -----

Ainda no uso da palavra a Presidente disse que o Município ficaria amarrado a um Plano de Ajustamento Financeiro durante 14 anos, no entanto, as condições poderiam ser alteradas devido, por exemplo, à venda de património ou outra situação que permitisse a liquidação do valor, face ao Plano de Ajustamento aprovado. -----

A Presidente efetuou ainda uma abordagem sobre o Programa Tipo I do PAEL – Plano de Apoio à Economia Local, referindo que os Municípios que aderissem ao mesmo ficariam amarrados por 20 anos, com as condicionantes que o mesmo preconizava, por exemplo, a elevação das taxas de saneamento, de águas e do IMI, ressalvando que o Município de Rio Maior não estava sujeito a tais condições. Logo de seguida disse que as medidas de redução e de racionalização de despesa iam de acordo com orientações que decorriam do Orçamento de Estado, ou seja, redução de 1% das despesas com pessoal, e aumento das taxas e tarifas de acordo com a inflação. Relevou ainda a percentagem de 4% de juro do Plano de Apoio à Economia Local, fazendo uma comparação com o Plano de Pagamentos aprovado com as Águas do Oeste que era de 8%, referindo também que o Município de Rio Maior poderia, ainda, beneficiar do previsto no artigo 8.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso, dizendo que no caso do PAEL – Plano de Apoio à Economia Local, ser aprovado a Câmara passaria a ter fundos disponíveis. -----

A Presidente informou também que a dívida de curto prazo, a 31 de dezembro de 2011, era cerca de um 1.700.000,00€, tendo sido abatido cerca de quatrocentos mil euros à dívida, face aos pagamentos efetuados a fornecedores. Mais disse que a candidatura ao PAEL – Plano de Apoio à Economia Local era de um 1.327.583,00€ e que a comparticipação era de cerca de 90%, ou seja, um valor elegível de 986.824,57€. Aludiu ainda à taxa

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

de juro do Plano na ordem dos 4%, não obstante o comunicado da Associação Nacional de Municípios Portugueses referir que a mesma era na ordem dos 2,69%. -----

A Presidente disse, também, que a reunião extraordinária da Assembleia Municipal tinha a ver com o facto da Lei prever um prazo de análise à candidatura ao PAEL - Plano de Apoio à Economia Local, de cerca de 20 dias e o prazo terminava no dia 4 de Outubro, que depois de passar a Assembleia Municipal iria para uma Comissão de análise por parte da DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais e que no caso da Câmara de Rio Maior ser contemplada o contrato voltaria à Câmara Municipal para ser deliberado, e finalmente ser sujeito ao crivo do Tribunal de Contas. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio novamente e sobre as palavras do Vereador, Dr. Nuno Malta, solicitou que a atual maioria da Câmara seguisse o exemplo do Governo, no sentido de criar uma comissão interna para dar conhecimento das situações. Logo de seguida disse estar convicto, que se o Vereador, Dr. Nuno Malta tivesse ouvido a intervenção da Presidente e a do Vereador, Dr. Carlos Frazão não tinha efetuado a comparação que efetuou, entre aquilo que eram os empréstimos contraídos anteriormente e o que estava atualmente em causa, dizendo que o PAEL- Plano de Apoio à Economia Local, estava sujeito ao cumprimento de requisitos que em nada tem a ver com os que normalmente estão subjacentes a um empréstimo, dando como exemplo, a exigência do aumento das taxas e tarifas relativamente à inflação. Concluiu, dizendo que aconselhava que houvesse mais diálogo interno com o Vereador, Dr. Nuno Malta, para que o mesmo não fizesse afirmações sem fundamento. --

O Vereador, Dr. Nuno Malta interveio e em resposta ao Vereador, Dr. Silvino Sequeira disse que a sua intervenção foi anterior à da Sr^a Presidente e à do Vereador, Dr. Carlos Frazão, dizendo estar consciente das palavras proferidas na sua intervenção. Referiu ainda que a coligação que suportava a maioria, funcionava com total confiança entre todos, realçando a confiança existente com a Presidente da Câmara. Disse ainda não ter percebido a razão pela qual foi feita referência à criação de uma comissão interna, afirmando que a sua intervenção não tivera qualquer intenção de melindrar alguém, mas somente

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

tecer considerações acerca do PAEL – Plano de Apoio à Economia Local. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio novamente para dizer que se sentia esclarecido em relação ao assunto em discussão, pois o que na realidade estava em causa era a apresentação de uma candidatura, na sua opinião, de valor escasso com uma taxa alta. Lamentou ainda o facto do prazo imposto pelo Governo, face à análise minuciosa que o documento merecia e exigia. Disse já ter sido referido pelos Vereadores do partido Socialista que a Câmara devia aproveitar a oportunidade de se candidatar ao Programa apresentado, tendo em conta que o mesmo significava uma injeção de capital que permitiria o pagamento de dívida a fornecedores do Município. Aludiu ainda para o facto da aprovação da candidatura ao PAEL - Plano de Apoio à Economia Local não significar o aumento de dívida, mas o pagamento a fornecedores, passando a Autarquia a ter um compromisso com o Estado, tendo como acréscimo o pagamento dos juros. -----

Concluiu a sua intervenção dizendo que a questão sobre o seu sentido de voto, tinha a ver com a sua indisponibilidade em concordar com as exigências subjacentes ao cumprimento do Plano apresentado. Disse que, na sua opinião, os Autarcas deviam ter a possibilidade de efetuar a gestão que entendessem adequada ao seu Município de acordo com a situação do momento, tendo em conta a legitimidade do voto popular. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva voltou a intervir, questionando se no ano de 2013 a Câmara pretendesse não aumentar a taxa do IMI, se tal facto era viável, face à adesão ao PAEL - Plano de Apoio à Economia Local e, no caso da tarifa da água, se a situação era semelhante. -----

A Presidente interveio e em resposta à Vereadora, Dr. Ana Cristina Silva disse que a Câmara não era obrigada a aumentar o IMI e no caso da tarifa da água estava em causa somente o aumento decorrente da taxa média da inflação. ---

A Presidente solicitou ainda a intervenção do Chefe da Unidade Financeira, Dr. Jorge Colaço presente na sala de reuniões de Câmara. -----

O Chefe da Unidade Financeira, Dr. Jorge Colaço presente na sala de reuniões

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

de Câmara interveio a pedido da Presidente, referindo que a Câmara só tinha que aumentar a tarifa da água de acordo com a taxa de inflação e que se a mesma fosse zero tal facto nem sequer se verificava. -----
Referiu ainda que durante os 14 anos de vigência do Plano os pressupostos ali constantes poderiam ser alterados. -----

A Câmara deliberou por maioria, com os votos a favor dos Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos pelo Futuro” e pela Presidente e com o voto de abstenção dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista aprovar a adesão ao Programa II do PAEL, tendo conseqüentemente aprovado a celebração de um empréstimo de médio e longo prazo, concedido pelo Estado no âmbito deste programa, até ao montante de €986.824,57, com prazo até 14 anos, taxa de juro correspondente ao custo de financiamento da República Portuguesa, acrescida de 15 pontos base (0,15%), amortização do capital e pagamento de juros com periodicidade não superior à semestral e sem período de carência de capital. -----

Mais deliberou aprovar o Plano de Ajustamento Financeiro (PAF) apresentado em anexo, elaborado nos termos dos mapas publicados na Portaria N.º 281-A/2012, de 14 de Setembro, que regulamenta a adesão ao PAEL. -----
Deliberou ainda submeter o presente assunto à apreciação da Assembleia Municipal. -----

O Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Votei favoravelmente este ponto, por acreditar que este Plano irá ser a solução para no futuro as próximas gerações de Autarcas possam efetivamente conduzir este concelho a um desenvolvimento sustentado e integrado.” -----

A presente declaração de voto foi subscrita pela Vereadora, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso eleita pela “Coligação Juntos pelo Futuro”. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Abstive-me neste ponto, não obstante, concordar que a Câmara de Rio Maior deverá de aproveitar a oportunidade de se candidatar ao Programa de Apoio à Economia Local, mas estaria indisponível para concordar com a exigência por parte do Estado, associada ao cumprimento do Plano apresentado, porque os Autarcas devem ter a possibilidade de efetuar a gestão adequada do Município de acordo com a situação do momento, tendo em conta a legitimidade do voto popular.” -----

A presente declaração de voto foi subscrita pelos demais Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Votei favoravelmente, porque o Programa de Apoio à Economia Local, se Rio Maior vier a ser contemplado e aprovado vai ajudar a Economia Local.” -----

UNIDADE DE OBRAS PARTICULARES E ORDENAMENTO

PROCESSO Nº 9/2010 – VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE – FERNANDO MANUEL DOS REIS MARTINS-----

Foi presente à Câmara o processo nº 9/2010, relativo à Vistoria para Verificação das Condições de Segurança e Salubridade, em nome de Fernando Manuel Reis Martins. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supracitadas, notificar o proprietário do imóvel, sito em Rua Principal nº 19, Teira em Alcobertas para tomar conhecimento do auto de vistoria de 02/08/2012. -----

PROCESSO Nº 1/2011 – VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE – FLORINDA LOPES -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

Foi presente à Câmara o processo nº 1/2011, relativo à Vistoria para Verificação das Condições de Segurança e Salubridade, em nome de Florinda Sousa Coelho. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supracitadas, notificar a reclamante para tomar conhecimento do parecer da comissão de vistoria de 22/08/2012. -----

PROCESSO Nº 3/2012 – VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE – JOÃO ANTÓNIO DA SILVA URBANO-----

Foi presente à Câmara o processo nº 3/2012, relativo à Vistoria para Verificação das Condições de Segurança e Salubridade, em nome de João António da Silva Urbano. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supracitadas, notificar o proprietário do muro sito em Pé da Serra (junto a Rua Nicolau) em Rio Maior, para no prazo de 60 dias proceder a intervenção e estabilidade do muro. -----

PROCESSO Nº 4/2012 – VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE – SUSANA MARGARIDA FERREIRA MARTINS-----

Foi presente à Câmara o processo nº 4/2012, relativo à Vistoria para Verificação das Condições de Segurança e Salubridade, em nome de Susana Margarida Ferreira Martins Carvalho. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supracitadas, notificar o proprietário do muro, sito na Rua D. Afonso Henriques nº 172 em Rio Maior, para no prazo de 60 dias proceder a legalização do muro efetuado sem a competente Licença Administrativa, o projeto deverá contemplar o corte das armaduras salientes, o reboco e a pintura do muro. -----

PROCESSO Nº 7/2012 – VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE – LUIS JOSÉ PEREZ -----

Foi presente à Câmara o processo nº 7/2012, relativo à Vistoria para Verificação das Condições de Segurança e Salubridade, em nome de Luís José Perez. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supracitadas, notificar o proprietário do prédio degradado, sito em Rua João de Deus em Rio Maior, para no prazo de 60 dias proceder á limpeza do interior do edifício, vedar o acesso ao interior, reparação do reboco da fachada principal, de modo a tornar o imóvel seguro e esteticamente apresentável. -----

PROCESSO Nº 8/2012 – VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE – LUZIA SANTOS SIMPLICIO -----

Foi presente à Câmara o processo nº 8/2012, relativo à Vistoria para Verificação das Condições de Segurança e Salubridade, em nome de Luzia Santos Simplício. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supracitadas, notificar o proprietário do prédio degradado, sito em Rua D. Afonso Henriques nº 101 a 109, para no prazo de 60 dias proceder á limpeza do terreno, vedar o

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

acesso ao interior do prédio e reconstrução ou demolição total do mesmo. -----

REQUERIMENTO N.º 36/2012 – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA SOBRE DESTAQUE DE LOTE/OBRAS DE EDIFICAÇÃO DE CONDOMÍNIO FECHADO DE 2 FOGOS – CASAL DA PARAVENTA – RIO MAIOR - JOSÉ DOS SANTOS PRIMO -----

Foi presente à Câmara o requerimento nº 8/2012, relativo à Pedido de Informação prévia sobre destaque de lote/obras de edificação de Condomínio Fechado de 2 Fogos, em Casal da Paraventa, Rio Maior, em nome de José dos Santos Primo. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, deferir o pedido de informação prévia condicionada às informações e pareceres emitidos pelos serviços técnicos municipais, referidos em epígrafe. -----

Deliberou ainda notificar o requerente dos efeitos previstos no artigo 17º do decreto-Lei nº555/99, de 16 de dezembro, com a atual redação dada pelo decreto-lei nº26/2010, de 30 de março. -----

TRAÇADO DA ESTRADA DE LIGAÇÃO ENTRE A EN 114 E A EM 583 (AZINHEIRA) – PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DE SOLOS INTEGRADOS EM ÁREAS DE RAN E REN -----

Foi presente processo relativo ao Traçado da Estrada de ligação entre a EN 114 e a EM 583 (Azinheira) – Pedido de utilização de solos integrados em áreas de RAN e REN. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio dizendo que o processo em epígrafe era antigo e do seu conhecimento. Disse que, na altura, se chegara a um acordo com a empresa Sibelco, que a mesma mostrara interesse na construção da infraestrutura rodoviária indo, assim, ao encontro dos interesses do concelho de Rio Maior. Disse, também, que era intenção apresentar uma candidatura os Fundos Comunitários para a obra em questão. Aludiu ainda que

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

a comparticipação nacional resultante da candidatura aos fundos comunitários seria suportada pela empresa Sibelco, ou seja, a comparticipação comunitária e o diferencial do custo efetivo da obra seria então sustentada pela empresa referida. -----

Conclui a sua intervenção questionando se o compromisso da empresa estava garantido. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão a pedido da Presidente interveio, tendo começado por dizer e em resposta ao Vereador, Dr. Silvino Sequeira que a situação atual não era a que fora anteriormente assumida pela empresa, por várias razões, designadamente, a impossibilidade de apresentação de candidatura a fundos comunitários. Logo de seguida informou que o compromisso atual da empresa Sibelco era no sentido de assumir os custos relativos à construção da estrada, com a contrapartida da Câmara desviar a conduta existente na estrada antiga para a zona da Chainça. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face à informação disponibilizada, instruir os processos de utilização de áreas de RAN e REN em colaboração com a empresa responsável pela execução do traçado. -----

Mais deliberou remeter os mesmos às entidades competentes, designadamente a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo. -----

APROVAÇÃO DE ACTAS

ATA N.º 15, 16 e 17/2012, RESPETIVAMENTE, DA REUNIÃO DE 16/07, 27/07 e 10/08/2012

Foram presentes à Câmara as Atas n.º 15, 16 e 17/2012, datadas, respetivamente, de 16 de julho, 27 de julho e 10 de agosto. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a Ata nº 15 e 16/2012, datadas, respetivamente, de 16 e 27 de julho. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

A Câmara deliberou por maioria, aprovar a ata n.º 17/2012, datada de 10 de agosto, com a abstenção da Presidente, Dr. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais e da Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva, por não se encontrarem presentes na reunião a que a mesma dizia respeito. -----

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

NUNO FERREIRA LUCAS -----

O munícipe Nuno Ferreira Lucas, presente na sala de reuniões de Câmara, interveio tendo começado por se referir ao prolongamento da Av. Humberto Delgado, passando pela Rua do Mineiro até à Rua da Paz, aludindo à intervenção do Vereador, Dr. Carlos Frazão no que respeita aos esforços enveredados pela Autarquia para que fosse marcada uma reunião entre as partes envolvidas, dizendo que da sua parte também já tinham sido efetuadas algumas diligências, mas sem qualquer resultado. -----

Na sua intervenção o munícipe referiu ainda que o entendimento geral das pessoas era que o Nuno Lucas era o culpado pela não concretização da obra, refutando, contudo, quaisquer responsabilidades, tendo em conta que estava a enveredar todos os esforços para resolver a situação, no entanto, estava a lidar com grandes “senhores do capital”. -----

Aludiu ainda a um requerimento entregue na Câmara o qual não obtivera resposta. -----

Concluiu a sua intervenção, sobre o assunto dizendo não querer bloquear a passagem ao Ginásio Boa Forma, uma vez que o espaço utilizado para tal era o seu. -----

Por último o munícipe, Nuno Lucas, referiu-se ainda a uma outra questão, dizendo que na parte superior das salinas, em Marinhas do Sal, fora aberta uma vala para a passagem de água e eletricidade, referindo que no terreno cedido somente poderia ser efetuado trânsito pedonal e que anteriormente tinha condições para veículos automóveis transitarem, dizendo que deveriam ser tomadas medidas para tentar resolver a situação. -----

JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA -----

O munícipe João Narciso Verde da Costa, presente na sala de reuniões de Câmara, interveio tendo começado por se referir mais uma vez, às obras de saneamento na zona envolvente do Bairro Social de Vale de Óbidos. Aludiu ainda para a questão da limpeza das valetas, tendo em conta o deficiente escoamento das águas das chuvas. -----

Na sua intervenção o munícipe reportou-se ainda ao problema dos Bairros Sociais, reportando-se a uma reunião de Câmara em que o assunto fora presente e a deliberação fora no sentido de promover todas as diligências legalmente possíveis para regularizar a situação dos referidos equipamentos. Aludiu também para a questão da não cobrança de impostos por parte da Câmara, uma vez que a situação dos Bairros Sociais ainda não se encontrava resolvida. -----

Por último colocou duas questões, a primeira, sobre se o Ministério da Educação era parceiro com o Setor Escolar, tendo em conta a comparticipação pela utilização do mesmo do Parque Desportivo Municipal e a segunda o seu lamento pela presença da “moca de Rio Maior” no certame da Frimor 2012, dizendo que o Secretário de Estado, Daniel Campelo, aquando da Inauguração no ano transato fizera referência à existência da mesma, mas que a vontade da população de Rio Maior era no sentido contrário. -----

Concluiu a sua intervenção pedindo desculpas pela sua intervenção, tendo em conta que podia ter sido indelicado, mas que não tinha sido essa a sua intenção. -----

A Presidente interveio e em resposta ao munícipe João Narciso Verde da Costa, no que respeita à questão da presença de um exemplar da “moca de Rio Maior” no certame da Frimor 2012, fez referência à notícia veiculada pelo Jornal Região de Rio Maior. Logo de seguida a Presidente, pediu desculpas em nome da Câmara, do seu Gabinete de Apoio, dos serviços, dos Técnicos da Autarquia e da Unidade de Turismo e Cultura, que procederam à decoração do stand da Frimor. Aludiu ainda que a questão sobre a colocação da “moca” no stand fora abordada e que alguém dissera que não havia problema. A

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

Presidente disse que a história envolvia coisas boas e más, referindo que aquando de uma sua deslocação a um local bem distante de Rio Maior que alguém identificara o concelho como terra da “moca”, dizendo que as coisas tinham o significado que as pessoas lhe pretendessem atribuir. Lamentou, ainda, o ênfase que fora dado à notícia e apresentou mais uma vez, o seu pedido de desculpas pessoal. -----

A Vereadora, Dra. Sara Fragoso interveio tendo referido que, do seu ponto de vista pessoal, a “moca” era uma situação que a chocava e abominava o facto de Rio Maior estar ligado à mesma. Logo de seguida invocou as palavras da Presidente dizendo, contudo, que tal facto fazia parte da história de Rio Maior num determinado momento. Aludiu ainda que os símbolos tinham a carga que as pessoas lhe queriam dar, salientando que em termos turísticos, muitas pessoas solicitavam a “moca”, daí a ideia do Sector do Turismo utilizar aquele símbolo não por outra consideração especial. Salientou, mais uma vez, que as pessoas que solicitavam a “moca”, não lhe atribuíam a carga afetiva e emocional que muitos dos riomaiorenses lhe conferiam. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio, começando por dizer que a Câmara já pedira desculpas sobre o símbolo colocado no stand da Frimor 2012, dizendo que tal facto era importante, referindo também que compreendia a questão. Logo de seguida disse que era importante que o Executivo e os serviços compreendessem que não deviam valorizar um símbolo, mesmo no âmbito do turismo, que no passado humilhou riomaiorenses. O Vereador, Dr. Carlos Nazaré disse que o símbolo da “moca” causou divisão entre os riomaiorenses e que tal facto não fora positivo para os mesmos. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio, tendo começado por referir a razão pela qual o feriado municipal deixara de ser no dia 13 de julho e passasse a ser no dia 6 de novembro, uma vez que fora entendido que o feriado municipal devia ser o momento em que todos estivessem de acordo e não existisse a mínima diferenciação entre as pessoas. -----

Concluiu a sua intervenção dizendo esperar que o espírito do 6 de novembro sobreleve todos os outros espíritos que existiram até à data, sobre o que era a

forma de unir os riomaiorenses. -----

A Presidente interveio novamente, começando por desejar que a sua mensagem fosse ouvida e divulgada, dizendo que esperava que o assunto não fosse *“interpretado à imagem e semelhança de outros assuntos, que se pensa que são sempre para dividir, para gerar conflito ou para gerar polémica”*. Disse, também que assumia a questão. Solicitou que houvesse tolerância para se perceber que nem tudo o que se faz é para dividir ou gerar confusão. Disse que gostaria que houvesse uma atitude mais proactiva, no sentido de haver conciliação e aproximação entre as pessoas. Referiu que enquanto cidadãos compete-nos fazer passar a melhor imagem do nosso concelho. Concluiu, dizendo que, na sua opinião, não se deve utilizar uma atitude de ataque barato e sem fundamento. -----

JOAQUIM AUGUSTO -----

O munícipe Joaquim Augusto, presente na sala de reuniões de Câmara, interveio tendo referido a razão da sua intervenção, apresentando uma lista de habitantes da Vila da Marmeleira subscritores da mesma, relativa ao facto de muitos dos habitantes daquela Freguesia terem efetuado investimentos para conseguirem ter água nas suas habitações. -----

Terminou a sua intervenção dizendo que nos últimos dois anos o problema da falta de água se tinha acentuado, lamentando tal facto, dizendo esperar que o assunto fosse resolvido com a maior brevidade possível. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DA VILA DA MARMELEIRA -----

O Presidente da Junta da Vila da Marmeleira, Edgar Fonseca Carriço, presente na sala de reuniões de Câmara, interveio tendo começado por se referir ao problema da falta de água na Vila da Marmeleira, dizendo que pelas várias intervenções que ouvira na sessão de Câmara percebera que estavam a ser desenvolvidos todos os esforços para resolver o problema, disse saber que a questão não dependia somente da Câmara Municipal, porque se assim fosse o problema já estaria resolvido, afirmando não ter dúvidas sobre tal facto. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

Agradeceu à Câmara a forma como a situação estava a ser acompanhada e que ouvira o Vice-Presidente afirmar que o problema da falta de água na Freguesia já se arrastava acerca de trinta anos, mas que ele próprio afirmava que a questão se colocava há mais de cinquenta anos, tendo em conta os dados que possuía sobre a questão. Aludiu ainda que a Freguesia da Vila da Marmeleira fora das primeiras a ter abastecimento de água e que o investimento fora avultado, cerca de “mil e oitocentos contos” na altura, e que os diversos Executivos tiveram de rentabilizar o investimento através da redistribuição por mais fontanários, que não tinham sido feitas quaisquer alterações no sentido de colmatar as deficiências. -----

O Presidente da Junta da Vila da Marmeleira solicitou à Presidente para junto do Presidente das Águas de Portugal abordar e explicar a situação referida para que o concelho de Rio Maior pudesse vir a ser beneficiado pelo POVT, que fora aprovado para uns determinados concelhos e que Rio Maior ficara esquecido. -----

Fez ainda referência a um levantamento que tinha em seu poder sobre a percentagem perdida de água, referente aos últimos seis meses, referindo-se à faturação por parte da Empresa Águas do Oeste de 60878 m³ e de 13115 m³, dizendo que tais dados significavam perdas na ordem dos 78,5%, que totalizavam cerca de 5.000€ por mês. -----

Concluiu a sua intervenção fazendo referência a vários artigos do Regulamento Municipal do Serviço de Distribuição de Água do Município de Rio Maior que não estavam a ser respeitados, tendo em conta a falta de água na sua Freguesia, nomeadamente, o artigo 25.º (interdição de ligação a depósitos). ---

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio a pedido da Presidente e em resposta ao munícipe Nuno Ferreira Lucas, disse que a Câmara efetuara todos os esforços e diligências no sentido de acelerar a marcação da reunião pretendida, dizendo que tal não dependia do Município, que tinha de se aguardar a disponibilidade por parte da empresa envolvida. -----

No que respeita à questão suscitada pelo munícipe João Narciso Verde da Costa, em relação ao saneamento, o Vereador, Dr. Carlos Frazão disse que a empresa se encontrava em insolvência e que a Câmara por essa razão não poderia “entrar” na obra, ou seja, teria de conseguir a posse administrativa,

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

lamentando tal facto. -----

Em relação à falta de água na Vila da Marmeleira, o Vereador, Dr. Carlos Frazão disse que existia o projeto e que o mesmo apontava para um investimento na ordem dos 600.000,00€, que a Câmara não tinha disponibilidade para o investimento, que se aguardava candidatura ao QREN. Aludiu ainda que em todas as reuniões em que estivera presente com as Águas do Oeste a prioridade no concelho de Rio Maior era sempre a Vila da Marmeleira. -----

O Chefe da Unidade de Obras Públicas, Eng.º Ricardo do Rosário presente na sala de reuniões de Câmara e a pedido da Presidente interveio e em resposta ao munícipe Nuno Ferreira Lucas, sobre o requerimento que o mesmo enviara à Câmara e que não obtivera resposta por parte da mesma, informou que o mesmo fora enviado à subunidade de trânsito e que oportunamente lhe seria dado resposta. -----

ENCERRAMENTO

Quando eram doze horas e cinquenta e dois minutos a Presidente, Dr. Isaura Morais a presidir, deu por encerrados os trabalhos desta reunião, da qual se lavrou minuta para os efeitos imediatos e a presente ata, a qual vai ser assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS: _____